

# Diário do Legislativo de 25/10/2006

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PSDB

2º-Vice-Presidente: Deputado Rogério Correia - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Fábio Avelar - PSC

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PP

3º-Secretário: Deputado Elmiro Nascimento - PFL

## LIDERANÇAS

### LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL PROGRESSISTA (PSDB/PDT/PTB/PHS E PSC)

Líder: Deputado Dilzon Melo (PTB)

Vice-Líderes: Maria Olívia (PSDB), Lúcia Pacífico (PSDB), Carlos Pimenta (PDT)

### LIDERANÇA DO BLOCO PT/PCdoB:

Líder: Deputado Ricardo Duarte

Vice-Líderes: Deputada Elisa Costa (PT) e Deputado Edson Resende (PT)

### LIDERANÇA DO PFL

Líder: Deputado Gustavo Valadares

Vice-Líder: Deputado Gustavo Corrêa

### LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Adalclever Lopes

Vice-Líder: Deputado Sávio Souza Cruz

### LIDERANÇA DO PP:

Líder: Deputado Gil Pereira

Vice-Líder: Deputado Dimas Fabiano

### LIDERANÇA DO PPS

Líder: Deputado Neider Moreira

Vice-Líder: Deputado Marlos Fernandes

### LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Alberto Pinto Coelho (PP)

Vice-Líderes: Deputados Dinis Pinheiro (PSDB), Paulo Piau (PPS) e José Henrique (PMDB)

### LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Miguel Martini (PHS)

### LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Jésus Lima (PT)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Fahim BPSB Presidente  
Sawan

Deputado Gustavo PFL Vice-Presidente  
Valadares

Deputado Dinis BPSB  
Pinheiro

Deputado Sargento BPSB  
Rodrigues

Deputado Ricardo Duarte PT/PCdo  
B

Deputado Antônio Genaro BPSB

Deputado Antônio Júlio PMDB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Irani BPSB  
Barbosa

Deputado Paulo BPSB  
César

Deputada Maria BPSB  
Olívia

Deputado Miguel BPSB  
Martini

Deputada Jô Moraes PT/PCdoB

Deputado Márcio PL  
Passos

Deputado Sávio PMDB  
Souza Cruz

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Leonardo PMDB Presidente  
Quintão

Deputado Edson PT/PCdo Vice-Presidente  
Rezende B

Deputada Ana BPSP  
Maria Resende

Deputado Sebastião BPSP  
Helvécio

Deputado Jésus PT/PCdo  
Lima B

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado José PMDB  
Henrique

Deputado Roberto PT/PCdoB  
Carvalho

Deputado Djalma PPS  
Diniz

Deputado Sebastião PPS  
Costa

Deputada Cecília PT/PCdoB  
Ferramenta

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo BPSP Presidente  
Ribeiro Silva

Deputado PMDB Vice-Presidente  
Gilberto Abramo

Deputado PPS  
Sebastião Costa

Deputada Elbe BPSP  
Brandão

Deputado PT/PCdo  
Adelmo Carneiro B  
Leão

Deputado PP  
George Hilton

Deputado PFL  
Gustavo Corrêa

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dilzon Melo BPSP

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Marlos PPS  
Fernandes

Deputado Leonídio BPSP  
Bouças

Deputada Maria Tereza PT/PCdoB  
Lara

Deputado Roberto BPSP  
Ramos

Deputado Gustavo PFL  
Valadares

#### COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras - 14h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gil PP Presidente  
Pereira

Deputada Vanessa Lucas BPSP Vice-Presidente

Deputado Domingos Sávio BPSP

Deputado Biel PT/PCdoB  
Rocha B

Deputado Sávio PMDB  
Souza Cruz

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dimas PP  
Fabiano

Deputada Ana Maria BPSP  
Resende

Deputada Lúcia BPSP  
Pacífico

Deputado André PT/PCdoB  
Quintão

Deputado José PMDB  
Henrique

#### COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Chico PMDB Presidente  
Rafael

Deputada Lúcia BPSP Vice-Presidente  
Pacífico

Deputado João BPSP  
Leite

Deputado Jésus PT/PCdo  
Lima B

Deputado Dinis BPSP  
Pinheiro

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Leonídio BPSP  
Bouças

Deputado Carlos BPSP  
Pimenta

Deputado Padre João PT/PCdoB

Deputado Célio BPSP  
Moreira

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval PT/PCdo Presidente  
Ângelo B

Deputado Roberto Ramos BPSP Vice-Presidente

Deputado Irani BPSP  
Barbosa

Deputado Zé BPSP  
Maia

Deputado Paulo BPSP  
César

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Elisa Costa PT/PCdoB

Deputado Antônio BPSP  
Genaro

Deputado Dilzon Melo BPSP

Deputada Elbe BPSP  
Brandão

Deputado Gustavo PFL  
Valadares

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras- 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Doutor PFL Presidente  
Viana

Deputada Ana BPSP Vice-Presidente  
Maria Resende

Deputado BPSP  
Leonídio Bouças

Deputado PT/PCdo  
Weliton Prado B

Deputado Paulo PPS  
Piau

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gustavo PFL  
Corrêa

Deputado Dalmo BPSP  
Ribeiro Silva

Deputado Miguel BPSP  
Martini

Deputado Biel Rocha PT/PCdoB

Deputado Gil Pereira PP

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras- 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPSP Presidente  
Domingos Sávio

Deputado Jayro PFL Vice-Presidente  
Lessa

Deputado BPSP  
Sebastião Helvécio

Deputado Luiz BPSP  
Humberto Carneiro

Deputada Elisa PT/PCdo  
Costa B

Deputado José PMDB  
Henrique

Deputado Dilzon BPSP  
Melo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen BPSP  
Santiago

Deputado Márcio PL  
Passos

Deputado Bilac Pinto BPSP

Deputado Irani BPSP  
Barbosa

Deputado André PT/PCdoB  
Quintão

Deputado Ivair PMDB  
Nogueira

Deputado Paulo Piau PPS

#### COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras- 9h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PT/PCdo Presidente  
Laudelino B  
Augusto

Deputado Doutor BPSP Vice-Presidente  
Ronaldo

Deputado João BPSP  
Leite

Deputado Sávio PMDB  
Souza Cruz

Deputado Paulo PPS  
Piau

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos PT/PCdoB  
Gomes

Deputado Alencar da BPSP  
Silveira Jr.

Deputada Lúcia BPSP  
Pacífico

Deputado Leonardo PMDB  
Quintão

Deputado Dimas PP  
Fabiano

#### COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras - 14h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Maria PT/PCdo Presidente  
Tereza Lara B

Deputado José BPSP Vice-Presidente  
Milton

Deputado Miguel BPSP  
Martini

Deputado André PT/PCdo  
Quintão B

Deputado Sávio PMDB  
Souza Cruz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Laudelino PT/PCdoB  
Augusto

Deputado Fahim BPSP  
Sawan

Deputado João Leite BPSP

Deputado Jésus Lima PT/PCdoB

Deputado Leonardo PMDB  
Quintão

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Padre PT/PCdo Presidente  
João B

Deputado Marlos PPS Vice-Presidente  
Fernandes

Deputado Gil PP  
Pereira

Deputado Luiz BPSP  
Humberto  
Carneiro

Deputado Doutor PFL  
Viana

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria Tereza PT/PCdoB  
Lara

Deputado Bilac Pinto BPSP

Deputado Paulo Piau PPS

Deputado Doutor BPSP  
Ronaldo



Deputado Gustavo PFL  
Corrêa

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

#### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PPS Presidente  
Sebastião Costa

Deputado Djalma PPS Vice-Presidente  
Diniz

Deputado PT/PCdo B  
Ricardo Duarte

Deputado PP  
Pinduca Ferreira

Deputada BPSP  
Vanessa Lucas

#### MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria Olívia BPSP

Deputado Doutor BPSP  
Ronaldo

Deputado Durval PT/PCdoB  
Ângelo

Deputado Dimas PP  
Fabiano

Deputado Domingos BPSP  
Sávio

#### COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h15min

#### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PT/PCdo B Presidente  
Adelmo Carneiro Leão

Deputado Carlos BPSP Vice-Presidente  
Pimenta

Deputado Fahim BPSP  
Sawan

Deputado PMDB  
Adalclever Lopes

Deputado Doutor BPSP  
Ronaldo

#### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Edson PT/PCdoB  
Rezende

Deputado Sebastião BPSP  
Helvécio

Deputado Arlen BPSP  
Santiago

Deputado Sávio Souza PMDB  
Cruz

Deputado Jayro Lessa PFL

#### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé BPSP Presidente  
Maia

Deputado PFL Vice-Presidente  
Leonardo Moreira

Deputado BPSP  
Sargento Rodrigues

Deputado PT/PCdoB  
Weliton Prado B

Deputado PMDB  
Antônio Júlio

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Ana Maria BPSP  
Resende

Deputado Dinis BPSP  
Pinheiro

Deputado Márcio BPSP  
Passos

Deputado Adelmo PT/PCdoB  
Carneiro Leão

Deputado Adalclever PMDB  
Lopes

#### COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPSP Presidente  
Alencar da  
Silveira Jr.

Deputada Elisa PT/PCdo Vice-Presidente  
Costa B

Deputado Irani BPSP  
Barbosa

Deputada Jô PT/PCdo  
Moraes B

Deputado Gustavo PFL  
Valadares

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado José Milton BPSP

Deputado André PT/PCdoB  
Quintão

Deputada Ana Maria BPSP  
Resende

Deputado Carlos PT/PCdoB  
Gomes

Deputado Paulo César BPSP

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Célio BPSP Presidente  
Moreira

Deputado Ivair PMDB Vice-Presidente  
Nogueira

Deputado Bilac BPSP  
Pinto

Deputado Roberto Carvalho PT/PCdo  
B

Deputado Dimas PP  
Fabiano

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dinis BPSP  
Pinheiro

Deputado Adalclever PMDB  
Lopes

Deputado Márcio BPSP  
Passos

Deputado Ricardo PT/PCdoB  
Duarte

Deputado Gil Pereira PP

## COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Paulo BPSP Presidente  
César

Deputado Carlos PT/PCdo Vice-Presidente  
Gomes B

Deputada Cecília PT/PCdo  
Ferramenta B

Deputada Maria BPSP  
Olívia

Deputado BPSP  
Leonídio Bouças

### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dinis BPSP  
Pinheiro

Deputado Biel Rocha PT/PCdoB

Deputado Durval PT/PCdoB  
Ângelo

Deputada Vanessa BPSP  
Lucas

Deputado Doutor PFL  
Viana

## COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Antônio PMDB Presidente  
Júlio

Deputado Dilzon BPSP Vice-Presidente  
Melo

Deputado Luiz BPSP  
Humberto  
Carneiro

Deputado BPSP  
Sebastião  
Helvécio

Deputado Padre PT/PCdo  
João B

Deputado PFL  
Gustavo  
Valadares

Deputado Gil PP  
Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Fahim BPSP  
Sawan

Deputado Dalmo BPSP  
Ribeiro Silva

Deputada Carlos BPSP  
Pimenta

Deputado Durval PT/PCdoB  
Ângelo

Deputada Ivair PMDB  
Nogueira

Deputado Gustavo PFL  
Corrêa

Deputado George PP  
Hilton

OUIDORIA PARLAMENTAR

OUIDOR: Deputado Biel Rocha

SUMÁRIO

1 - ATA

1.1 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATA

ATA DA 16ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Segurança Pública NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 10/10/2006

Às 10h9min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Leonardo Moreira e Weliton Prado, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes, informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no "Diário do Legislativo" na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. José Roberto Bernardes, Presidente da Câmara Municipal de Passos (24/8/2006); Carlos Renato dos Santos Teixeira, Vereador à Câmara Municipal de Bocaiúva (26/8/2006); e Valdeci Antônio Ferreira, Presidente da Apac de Itaúna (10/8/2006). O Presidente comunica ainda o recebimento de carta anônima contendo denúncias contra policiais civis e de ofício do Cel. PM Cezar Romero Machado Santos, Corregedor da PMMG, prestando informações sobre o andamento da apuração de denúncias contra o Cel. PM Reinaldo Martins e o Maj. PM Caubis de Romes Pereira. O Presidente acusa o recebimento, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.027/2006, para o qual designou relator o Deputado Leonardo Moreira. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 6.754 a 6.756,

6.784, 6.785, 6.790, 6.805, 6.806, 6.809, 6.812, 6.815, 6.816, 6.820, 6.836, e 6.850 a 6.852/2006. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento da Comissão de Segurança Pública e do Deputado Edson Rezende, em que solicitam seja realizada reunião para a entrega do documento final resultante do seminário legislativo "Segurança para Todos - Propostas para uma sociedade mais segura". Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de outubro de 2006.

Antônio Júlio, Presidente - Sargento Rodrigues - Edson Rezende.

## ORDENS DO DIA

Ordem do Dia DA 78ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, EM 25/10/2006

### 1ª Parte

#### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

#### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

#### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

#### 2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 100, que altera a Lei Complementar nº 33, de 28/6/94, que dispõe sobre a organização do Tribunal de Contas e dá outras providências. Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.555/2006, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$ 8.000.000,00 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor da Assembléia Legislativa. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.541/2006, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 25.000.000,00 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Tribunal de Contas do Estado. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.542/2006, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 3.585.200,00 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Tribunal de Justiça Militar. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Prosseguimento da discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.675/2005, do Deputado George Hilton, que dispõe sobre a Política Estadual de Incentivo ao Turismo Educativo e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Educação e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça. .

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.601/2005, do Governador do Estado, que cria a Superintendência Regional de Ensino na estrutura da Secretaria de Estado de Educação no Município de Unai. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.698/2005, da Deputada Maria Olívia, que autoriza o Estado a doar ao Município de Conceição dos Ouros o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.900/2005, do Deputado Ricardo Duarte, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Ituiutaba. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.335/2006, do Tribunal de Contas, que cria os cargos de Auditor e de Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, fixa os seus subsídios e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.625/2005, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Município de Passa-Tempo o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.751/2005, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Rio Pomba o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.752/2005, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ubá os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.934/2006, do Deputado Gustavo Corrêa, que dispõe sobre brinquedo, material escolar ou peças de vestuário infantis apreendidos, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.085/2006, do Deputado Jayro Lessa, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Governador Valadares o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.193/2006, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itanhomi o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.354/2006, do Deputado Mauri Torres, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao Município de São Miguel do Anta. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 9ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h30min do dia 25/10/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 26ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h30min do dia 25/10/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 26ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 25/10/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.769/2005, do Deputado Dinis Pinheiro; 2.876/2005, do Governador do Estado; 2.955/2006, da Deputada Ana Maria Resende; 3.054/2006, do Deputado Mauri Torres; 3.411 e 3.598/2006, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 13ª reunião ordinária da comissão de Participação Popular Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 25/10/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 19ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 25/10/2006

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Resolução nº 3.493/2006, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 6.884/2006, do Deputado Antônio Andrade.

Finalidade: debater o financiamento público destinado às escolas famílias agrícolas no Orçamento de 2007 e propor a criação de uma frente parlamentar de apoio às referidas instituições.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 15ª reunião ordinária da comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15 horas do dia 25/10/2006

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.907/2005, do Deputado Paulo Piau; 3.466/2006, do Deputado Roberto Carvalho.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 20ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15 horas do dia 25/10/2006

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 6.883/2006, do Deputado Agostinho Patrús.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reuniões Extraordinárias da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléia para as 9 e as 20 horas do dia 25/10/2006, destinadas, ambas, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; e, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos, e, 2ª Fase, à apreciação do Veto à Proposição de Lei Complementar nº 100, que altera a Lei Complementar nº 33, de 28/6/94, que dispõe sobre a organização do Tribunal de Contas e dá outras providências; e dos Projetos de Lei nºs 2.601/2005, do Governador do Estado, que cria a Superintendência Regional de Ensino na estrutura da Secretaria de Estado de Educação no Município de Unaí; 2.625/2005, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae - do Município de Passa-Tempo o imóvel que especifica; 2.675/2005, do Deputado George Hilton, que dispõe sobre a Política Estadual de Incentivo ao Turismo Educativo e dá outras providências; 2.698/2005, da Deputada Maria Olívia, que



autoriza o Estado a doar ao Município de Conceição dos Ouros o imóvel que especifica; 2.751/2005, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Rio Pomba o imóvel que especifica; 2.752/2005, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ubá os imóveis que especifica; 2.900/2005, do Deputado Ricardo Duarte, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Ituiutaba; 2.934/2006, do Deputado Gustavo Corrêa, que dispõe sobre binquedo, material escolar ou peças de vestuário infantis apreendidos, e dá outras providências; 3.085/2006, do Deputado Jayro Lessa, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Governador Valadares o imóvel que especifica; 3.193/2006, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itanhomi o imóvel que especifica; 3.335/2006, do Tribunal de Contas, que cria os cargos de Auditor e de Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, fixa os seus subsídios e dá outras providências; 3.354/2006, do Deputado Mauri Torres, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao Município de São Miguel do Anta; 3.541/2006, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 25.000.000,00 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Tribunal de Contas do Estado; 3.542/2006, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 3.585.200,00 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Tribunal de Justiça Militar; e 3.555/2006, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$ 8.000.000,00 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor da Assembléia Legislativa; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 24 de outubro de 2006.

Mauri Torres, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 75/2004

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Luiz Humberto Carneiro, Dinis Pinheiro, Gil Pereira e Márcio Passos, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 25/10/2006, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente da Comissão.

Sala das Comissões, 24 de outubro de 2006.

Padre João, Vice-Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Total à Proposição de Lei nº 17.099

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Arlen Santiago, José Henrique, Leonardo Moreira e Sebastião Helvécio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 25/10/2006, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente e de designar o relator.

Sala das Comissões, 24 de outubro de 2006.

Jô Moraes, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Escolha do Nome da Sra. Adriene Barbosa de Faria Andrade para o Cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Dinis Pinheiro, Durval Ângelo, Adalclever Lopes e Doutor Viana, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 25/10/2006, às 14h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger Presidente e Vice-Presidente e de designar relator.

Sala das Comissões, 24 de outubro de 2006.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente "ad hoc".

### TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

#### Designação de Comissão

- O Sr. Presidente designou, na 77ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, os membros da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Escolha do Nome da Sra. Adriene Barbosa de Faria Andrade para o Cargo de Conselheira do Tribunal de Contas. Pelo BPSP: efetivos - Deputados Dalmo Ribeiro Silva e Dinis Pinheiro; suplentes - Deputados Sebastião Helvécio e Leonídio Bouças; pelo Bloco PT-PCdoB: efetivo - Deputado Durval Ângelo; suplente - Deputado Ricardo Duarte; pelo PMDB: efetivo - Deputado Adalclever Lopes; suplente - Deputado Leonardo Quintão; pelo PFL: efetivo - Deputado Doutor Viana; suplente - Deputado Gustavo Corrêa. (Designo. As comissões.).

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.478/2006

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Doutor Viana, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação Mãos Unidas do Bairro Jardim São Judas Tadeu - AMU -, com sede no Município de Ribeirão das Neves.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

A Associação Mãos Unidas do Bairro Jardim São Judas Tadeu tem como finalidade congregar os moradores do bairro onde atua, na cidade de Ribeirão das Neves, para que, de forma organizada, possam obter soluções para as suas demandas junto ao poder público e a organizações não governamentais que possam melhorar a qualidade de vida da comunidade e dos seus associados.

No campo da assistência social, ela cria e opera creches e promove ações que visam o amparo de crianças e idosos, com a implantação de meios que viabilizam atendimento médico e odontológico, assim como trabalha em programas de recuperação de dependentes químicos, de planejamento familiar e de orientação nutricional de gestantes.

Tem promovido esforços para criar empregos que geram renda por meio da implantação de oficinas e de cursos profissionalizantes, que, junto com atividades culturais, como artesanato, música, teatro e dança, ajudam no desenvolvimento individual e coletivo.

Tem atenção particular na proteção à ecologia, promovendo atividades de educação ambiental voltadas para um processo de desenvolvimento sustentado.

Por sua atuação, a referida entidade merece o título de utilidade pública.

#### Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.478/2006 em turno único.

Sala das Comissões, 24 de outubro de 2006.

Jô Moraes, relatora.

#### Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.501/2006

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

#### Relatório

O projeto de lei em tela, do Deputado André Quintão, objetiva declarar de utilidade pública a entidade denominada Obras Sociais da Comunidade Santa Efigênia, com sede no Município de Belo Horizonte.

A matéria foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que a considerou jurídica, constitucional e legal. Vem ela agora a este órgão colegiado para deliberação conclusiva, com base no art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

A entidade denominada Obras Sociais da Comunidade Santa Efigênia é associação civil sem fins lucrativos, que busca desenvolver um importante trabalho na área da assistência social, em benefício das crianças e dos adolescentes carentes daquela comunidade.

Para atingir seus objetivos programáticos, procura desenvolver projetos que visem combater a fome e a pobreza, como também proteger e amparar a família. Promove ainda a qualificação profissional de jovens, buscando sua integração no mercado de trabalho e geração de emprego e renda.

Pelo que foi exposto, ela está habilitada a receber o título de utilidade pública.

#### Conclusão

Opinamos, portanto, pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.501/2006 em turno único.

Sala das Comissões, 24 de outubro de 2006.

Jô Moraes, relatora.

#### Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.502/2006

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

#### Relatório

De autoria do Deputado André Quintão, o Projeto de Lei nº 3.502/2006 visa declarar de utilidade pública a Vila Frederico Ozanam, com sede no Município de Guaxupé.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

A Vila Frederico Ozanan, fundada em 22/4/72, é associação civil sem fins lucrativos. Seu principal objetivo é congregar pessoas idosas de ambos os sexos, proporcionando-lhes assistência material e espiritual.

É relevante ressaltar que ela mantém serviços destinados ao atendimento de segmentos carentes. Dessa forma, além de buscar o bem-estar dos idosos, procura auxiliar outras pessoas que se encontram à margem da sociedade.

Fica demonstrado, pois, que a referida entidade se tornou merecedora do título declaratório de utilidade pública

#### Conclusão

Por tais razões, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.502/2006 em turno único.

Sala das Comissões, 24 de outubro de 2006.

Jô Moraes, relatora.

#### Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.547/2006

#### Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais

#### Relatório

De autoria do Deputado Alencar da Silveira Jr., o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Sociedade Protetora dos Animais de Divinópolis - Spad -, com sede nesse Município.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

A Sociedade Protetora dos Animais de Divinópolis tem por finalidade congregar os defensores da fauna selvagem e doméstica a fim de estimular o reconhecimento da Declaração Universal dos Direitos dos Animais.

A entidade se propõe a fundar, construir e manter hospitais veterinários, centros de reabilitação e postos volantes equipados para atendimento emergencial.

Além disso, desenvolve ações e apóia campanhas ecológicas em defesa do ecossistema, estimulando na coletividade o comportamento ambientalista e zoófilo.

Por esse trabalho de relevância social, a referida entidade merece o título de utilidade pública.

#### Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.547/2006, em turno único.

Sala das Comissões, 24 de outubro de 2006.

João Leite, relator.

## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 76ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA

#### Discursos Proferidos em 18/10/2006

O Deputado Domingos Sávio\* - Sr. Presidente, Deputadas, Deputados, cidadãos que nos acompanham neste Plenário e pela TV Assembléia, retorno a esta tribuna após o pleito ocorrido em todo o País. Tivemos a felicidade de sair vitoriosos e a alegria de ver o Governador Aécio Neves reeleito com a votação mais expressiva da história do povo mineiro. Tivemos a alegria de ver o segundo turno aprovado pelo povo brasileiro, levando o nosso candidato Geraldo Alckmin a disputar a eleição com o candidato Lula, que concorre à reeleição. Esse espetáculo democrático, naturalmente um cenário de diversos embates, teve seus pontos altos e alguns momentos tristes; porém, ganhou a democracia brasileira, certamente.

Neste primeiro momento de uso da tribuna, dirijo-me ao povo mineiro para agradecer. Nós, que assumimos a tarefa de exercer a atividade pública, temos absoluta consciência de que devemos fazê-lo como missão de vida. Se alcançamos um resultado positivo, temos plena convicção de que isso se originou de um trabalho de equipe. Temos consciência de que o exercício da política no processo democrático é uma ação coletiva e nunca a de um indivíduo. Portanto, a vitória também não pertence a um indivíduo; a vitória é, acima de tudo, do processo democrático, oportunidade do povo de expressar o seu sentimento. Naturalmente, os resultados que aclamam este ou aquele como vitorioso pertencem a um conjunto de forças da sociedade.

É claro que, em primeiro lugar, agradeço a Deus. Como cristão, católico e homem de fé, tenho consciência de que, para exercer uma atividade dessa natureza, nunca podemos prescindir das orações, da fé em Deus e das bênçãos que sempre emanam do nosso Pai, a fim de que possamos combater o bom combate, ser firmes nas nossas posições, propositivos e, de fato, termos verdadeiras e puras intenções; e, acima de tudo, pô-las em prática, materializá-las sob a forma de benefícios para a nossa coletividade e toda a comunidade.

Esse trabalho, com certeza abençoado por Deus, foi e deverá continuar sendo sempre a fonte do sucesso de todo e qualquer ser humano. Não tenho dúvida de que foram principalmente as bênçãos de Deus que nos possibilitaram conseguir um resultado tão positivo, ou seja, chegar próximo à marca de 100 mil votos, numa candidatura a uma primeira reeleição como Deputado Estadual - tempos difíceis, em que a opinião pública se debruçou não só sobre os pretendentes aos cargos, mas também sobre o dilema de avaliar aqueles que a representam da forma adequada e aqueles que entendia que, por alguma razão, não deveriam representá-la.

Portanto, chegar a essa marca é um motivo de alegria muito grande para mim.

Neste momento, agradeço a cada companheiro da equipe de trabalho esse êxito. Essa vitória não se deu apenas na campanha eleitoral. Ninguém alcança a vitória num processo eleitoral, de candidato a presidente de bairro, a Vereador, a Prefeito, a Deputado, a Governador, a Presidente da República, apenas em razão de uma campanha. Felizmente, isso está mudando no Brasil. Acredito que já houve tempo em que era assim. Essa campanha já foi, no meu entendimento, o prenúncio de um processo democrático com mais reflexão. Não quero dizer, com isso, que o resultado apenas reflete a competência e o mérito das pessoas; trata-se de um trabalho de grupo.

Vemos com tristeza que alguns grandes e valorosos companheiros, pessoas pelas quais temos o maior respeito, não lograram êxito. É um conjunto de fatores que leva a esse tipo de resultado.

Insisto em dizer que uma eleição como essa nos dá a esperança de um país mais amadurecido, em que o processo de reflexão, de participação do eleitor, de análise histórica começa a prevalecer sobre o que antes ocorria, que eram os "shows" e os brindes, embora tenhamos muito que avançar.

É justamente por isso que compartilho esse resultado com a equipe de trabalho e a ela agradeço. Refiro-me àqueles com quem tivemos um dever e por quem procuramos cumpri-lo ao longo dos já quase quatro anos. Até posso dizer quatro anos porque, no dia seguinte à eleição passada, já estávamos em campo trabalhando, assim como fizemos desta vez. Na segunda-feira, estava eu agradecendo ao povo de Divinópolis, de Oliveira, aos cidadãos da minha terra natal, Santiago. Naturalmente, vou fazê-lo até o final deste ano, alcançando as mais de 400 cidades onde fui votado, mas, de modo especial, agradeço à região central de Belo Horizonte, ao Centro-Oeste mineiro e ao Campo das Vertentes. Tive, para minha honra, o privilégio de figurar como o Deputado de cidades como São João del-Rei, Dolores do Indaiaí e Luz. Temos a honra de figurar como Deputado mais votado dos eleitos em mais de 30 cidades. Isso não será jamais objeto de ufanismo ou de orgulho de natureza pessoal, mas sim de gratidão e de responsabilidade enormes.

Agradeço, em razão disso, aos que trabalharam conosco no gabinete, fora dele, nas comissões, bem como aos voluntários, aos Prefeitos, aos Vereadores, às lideranças e ao cidadão que nos acompanhou pela TV Assembléia e pelas comissões na nossa luta para viabilizar recursos para os Municípios. Da mesma forma, agradecemos aos nossos "adversários", entre aspas, aos nossos oponentes, com quem debatemos aqui, mas por quem temos um respeito muito grande.

Para que tenha tempo de compartilhar esse discurso com os meus colegas em aparte, quero, acima de tudo, registrar o enorme sentimento de que a política feita com seriedade, com dignidade, de forma combativa, mas, ao mesmo tempo, respeitosa e ética tem lugar e cada dia mais vem sendo valorizada. Não quero, com isso, de maneira alguma, traçar paralelo entre quem ganhou e quem perdeu a eleição, limitando-me a esse princípio. Insisto em dizer que pessoas valorosas, éticas e responsáveis, às vezes, não logram êxito num pleito eleitoral, mas vejo com entusiasmo que, cada dia mais, valores como os citados são substanciais e componentes fundamentais para o resultado. Portanto, nada mais justo do que compartilhar esse resultado com cada cidadão que nos deu a oportunidade de continuar representando Minas Gerais aqui na Assembléia.

O Deputado João Leite (em aparte)\* - Serei breve na minha manifestação, mas não poderia deixar de fazê-la. Quero parabenizar o Deputado Domingos Sávio e sua equipe por essa brilhante vitória. Creio que ela demonstra, sem dúvida, a vitória de um pensamento, já que V. Exa. representa - e muito bem -, como Líder desta Casa, o governo Aécio Neves, que teve uma aprovação praticamente majoritária no nosso Estado. Reconhecido foi esse governo para o qual V. Exa. tanto contribuiu na Assembléia Legislativa. Deputado Domingos Sávio, a vitória de V. Exa. traduz o seu trabalho nesta Assembléia.

Creio também que ninguém suporta mais cartas anônimas, listas forjadas, dossiês para acabar com a imagem das pessoas, destruindo-as para se ter uma vitória dessa maneira. É possível construir de outra forma, como esse governo e V. Exa. construíram, liderando na Assembléia Legislativa, presidindo a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária com brilhantismo.

Minhas palavras são de reconhecimento pelo trabalho de V. Exa., parabenizando-o por essa votação expressiva e constatando também que o povo mineiro teve por V. Exa. o reconhecimento do seu trabalho. Parabéns!

O Deputado Domingos Sávio - Eu é que agradeço, nobre Deputado João Leite. Esteja certo de que compartilho desse sentimento. Porém nem vou aprofundar-me nessa reflexão de que o povo já não suporta mais isso, pelo menos para as pessoas sérias e éticas. Felizmente, cresce o número de cidadãos conscientes, que repudiam a prática da calúnia, das listas e dossiês forjados, das tentativas inescrupulosas de denunciar de forma criminosa, sem fundamentos, manchando o nome de pessoas para, depois, tentar de alguma forma ganhar ou tirar proveito daquilo. As eleições já começaram a ilustrar isso, mas acredito que é melhor deixarmos cair no esquecimento aqueles que praticam isso e querem insistir por esse caminho.

O Deputado Leonardo Quintão (em aparte)\* - Nobre Deputado Domingos Sávio, venho aqui, felizmente, para parabenizá-lo. Tive a oportunidade de tê-lo como colega na Comissão de Administração Pública nos dois primeiros anos. Pude ver a maneira democrática com que V. Exa., como Presidente, conduziu aquela Comissão, sempre participativo, sempre na defesa das causas corretas, sempre defendendo o Governador Aécio Neves, que também defendo, e pude ainda ver que os pleitos de sua base política, Divinópolis, foram bem atendidos por meio do seu trabalho no Plenário e com o governo do Estado. Isso demonstra sua grande liderança regional. Vejo também que, como V. Exa. mesmo disse, o seu trabalho foi reconhecido, o que não aconteceu, infelizmente, com muitos colegas aqui, que trabalharam muito - e sou testemunha disso -, mas não obtiveram o reconhecimento do eleitor pelo seu trabalho. Só quando formos para o céu, poderemos saber dessas grandes dificuldades. Parabéns! V. Exa. é um grande Deputado. Quero dizer que, como o Governador Aécio Neves, V. Exa. fez um brilhante trabalho aqui. Vejo também que, no âmbito federal, o Presidente Lula tem desenvolvido um grande trabalho. Há algumas dificuldades, como V. Exa. muito bem disse, mas tenho certeza de que o eleitor, em nível federal, saberá dar o verdadeiro valor ao trabalho desenvolvido pelo Presidente Lula, que é muito maior do que partidos no âmbito federal.

O Deputado Domingos Sávio\* - Agradeço ao Deputado Leonardo Quintão. Compartilho seus sentimentos em relação aos diversos companheiros valorosos que não lograram êxito, e que nem por isso deixarão de merecer de todos nós o respeito e a admiração. Compartilho do sentimento de que o Governador Aécio Neves fez um grande trabalho e que, com certeza, continuará fazendo. Permito-me apenas registrar o meu sentimento de que o Brasil precisa e merece muito mais, portanto, naturalmente, dentro de um processo democrático, haveremos de aprofundar esse debate para que tenhamos o que possa ser melhor para o nosso país.

O Deputado Doutor Viana (em aparte) - Nobre colega Domingos Sávio, em meu nome e em nome do nosso partido, o PFL, queremos parabenizá-lo por esse retorno vitorioso, que, temos certeza, engrandecerá por mais quatro anos a nossa Assembléia. Formulamos os votos de

muito sucesso e êxito nesse mandato. Que V. Exa. continue a nos brindar com sua inteligência rara e seu trabalho eficiente. Sou seu vizinho de gabinete e gostaria de parabenizar também sua competente equipe e a você mais uma vez por esse grande reconhecimento do povo de Minas Gerais, que o faz retornar brilhantemente para mais um mandato de quatro anos. Parabéns.

O Deputado Domingos Sávio\* - Muito obrigado. Caminhando para a conclusão, nobre Presidente, gostaria de registrar que, além do sentimento de gratidão por todo o povo mineiro que compartilhou conosco dessa luta, meu agradecimento também aos meus pares desta Casa, tanto àqueles com cujas idéias compactuamos, com quem temos uma afinidade maior, que são nossos colegas na base de apoio ao Governador Aécio Neves, como também àqueles com os quais divergimos em algumas idéias, com quem combatemos de forma clara e enfática no Plenário, mas sem perder jamais o respeito e a admiração por cada um de vocês, colegas Deputados e Deputadas, com o entendimento de que são valorosos representantes do povo mineiro. É nesse intuito que quero registrar que trago comigo uma disposição redobrada para trabalhar, retribuindo essa votação magnífica que tivemos. Para isso vamos, mais uma vez, contar com os valorosos servidores desta Casa, com a compreensão e o companheirismo dos colegas Deputados de todos os partidos. Creio eu que, num segundo mandato, pela experiência que adquirimos e pela afinidade natural que fomos construindo, será mais fácil. Como o próprio Aécio costuma dizer, que as idéias briguem, que as idéias debatam, mas que os homens e mulheres, como bons cristãos, convivam de forma harmoniosa, respeitando-se e ajudando-se. É com esse sentimento que quero terminar minhas palavras, agradecendo e me comprometendo com o povo mineiro a manter a firmeza ética, a compostura, a decência, o trato com todas as questões públicas, o empenho permanente em defesa daquelas cidades, daquelas regiões, daqueles cidadãos que confiaram em mim, em busca do entendimento e da harmonia, através do respeito na convivência com a diversidade ideológica que temos dentro de uma Casa Legislativa. Muito obrigado aos servidores desta Casa e à imprensa de modo geral, pela sua postura firme e madura, que muito tem contribuído para o avanço da democracia em nosso país. Muito obrigado a todos.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, Deputado Rêmoló Aloise, Deputados e Deputadas. Quero também, inicialmente, fazer um agradecimento especial ao povo mineiro particularmente, pelos mais de 62 mil votos que recebi nesta eleição como candidato a Deputado Federal. Não foi o suficiente para, como titular, exercer o mandato de Deputado Federal, mas, sem sombra de dúvida, uma votação que me deixa orgulhoso pelo trabalho que venho desenvolvendo no Parlamento, há 10 anos como Vereador de Belo Horizonte e há 8 anos como Deputado Estadual nesta Casa, com a convicção de que busquei exercer esses mandatos com toda dignidade e respeito que merece qualquer mandato parlamentar, em especial o mandato que vem de compromissos éticos e políticos com o povo do nosso querido Estado de Minas Gerais.

Então, em primeira mão, quero fazer um agradecimento especial a esses eleitores na certeza de que outros companheiros de nossa chapa - PT-PMDB-PCdoB - certamente estarão honrando esses votos na Câmara Federal com mandatos que conquistaram a partir da expressiva votação que nossa coligação teve nessas eleições.

Sr. Presidente, faço isso porque, após as eleições, é a primeira vez que peço a palavra da tribuna para discutir temas de nossos interesses. Em particular, nossa bancada, nosso Bloco PT-PCdoB, tem demonstrado uma preocupação muito grande com um tema que hoje se expressa por meio de um projeto de lei do Governador do Estado: as privatizações, ou as possibilidades delas no interior do País e particularmente em Minas Gerais.

O Governador do Estado enviou à Assembléia Legislativa, há mais tempo, um projeto criando empresas subsidiárias da Copasa, o que levantou uma série de preocupações não só entre os membros de nosso Bloco, mas também entre os trabalhadores da Copasa, relativamente às intenções e às conseqüências de se criarem essas várias subsidiárias.

Ora, se a Copasa é uma empresa vitoriosa, que se tem mostrado importante para a construção de redes de esgoto e saneamento, mesmo que ainda não sejam suficientes para Minas Gerais, por que fazer a modificação e se criarem três subsidiárias dessa empresa - uma para os recursos hidrominerais, outra para o projeto Jaíba e outra para as áreas e regiões do Vale do Jequitinhonha, do Mucuri, São Mateus e Norte de Minas? As respostas nunca foram completas em relação a isso, o que nos levou a fazer um alerta a todo o povo de Minas Gerais a respeito do risco de isso implicar um processo futuro de privatização da Copasa.

A Deputada Jô Moraes, outro dia, leu uma nota do jornal "Hoje em Dia", em que o repórter chamava a atenção para uma hipótese que considerava não remota de que essas subsidiárias, essas modificações na Copasa, poderiam levar a esse processo de privatização.

Esses são temas que já levantávamos aqui, pois preocupamo-nos em manter a Copasa como estatal, não apenas nós, do Bloco PT-PCdoB, mas também a maioria do povo mineiro e brasileiro. A própria campanha presidencial tem levantado esse debate sobre a questão das privatizações, e aqueles que no passado privatizaram muitas empresas do País, hoje, juram de pé junto, embora seja duvidoso, que não privatizarão mais. Portanto é verdade que esse tema tem merecido uma preocupação muito grande de todos nós.

Felizmente, o governo apresentou hoje um substitutivo, com um art. 6º, que não constava do projeto original e que diz que obrigatoriamente será aplicado o disposto nos §§ 15, 16 e 17 do art. 14 da Constituição do Estado às empresas subsidiárias da Copasa-MG. Em outras palavras, o governo está sugerindo que as três empresas subsidiárias terão de se enquadrar ao disposto no art. 14, nos §§ 15, 16 e 17.

Felizmente, fui o relator desse artigo da Constituição Estadual à época do governo Itamar Franco e, a partir de uma proposta dele, instituí algumas modificações que terminaram no formato desse art. 14: para haver qualquer processo de privatização de empresas públicas mineiras, em especial a Copasa e a Cemig, há de se ter 3/5 de aprovação pela Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Isso evidentemente dificulta, e muito, o processo de privatização, porque não é fácil adquirir, especialmente nos dias de hoje, em que o neoliberalismo se encontra acuado em um processo para fazer maioria de 3/5 em uma Casa Legislativa para privatizar empresas da importância da Copasa ou da Cemig. Mas ainda, Deputada Elisa Costa, instituímos um outro artigo: mesmo havendo os 3/5, as empresas só serão confirmadas privatizadas se, por referendo popular, a maioria do povo de Minas Gerais disser que elas podem ser privatizadas.

Portanto, o governo agora reconhece a nossa preocupação e incluirá o art. 6º, aplicando às empresas subsidiárias o que já se dispunha no artigo da Constituição em relação às empresas públicas -, e chamávamos atenção para isso. O que significa que as subsidiárias se encontram também na defesa, a Constituição lhes garante não haver um processo de privatização que leve a arrependimento futuro e que o patrimônio público não seja dilapidado e entregue, geralmente a preço de banana, a empresas privadas, estas, quase sempre, de composição e caráter internacional. É evidente que esse dispositivo agora inserido nos tranqüiliza quanto à possibilidade de maior discussão, mas ainda suscita dúvidas.

A Deputada Elisa Costa tem-se manifestado a respeito da necessidade de que se façam - e isso foi discutido com o Presidente e com a Mesa da Assembléia Legislativa - audiências públicas, especialmente nas regiões das águas minerais, do Projeto Jaíba e do norte do Jequitinhonha e do Mucuri, para esclarecer o que se pretende construir a partir dessas subsidiárias, e que, evidentemente, tenha-se a garantia de que esse processo não levará à privatização de uma empresa tão importante quanto a Copasa.

Por isso, já no governo passado, por meio desta Assembléia Legislativa - na ocasião, Deputada Jô Moraes, unanimemente nesta Casa -, aprovamos o que foi enviado pelo Governador Itamar Franco, com modificações que sugeri como relator. As opiniões da Casa foram explicadas ao povo de Minas Gerais. Esse dispositivo nos tranqüiliza um pouco mais, embora, repito, o processo de discussão nessas regiões deva ser feito.

Dúvidas ainda persistem: se a empresa funciona bem, por que dividi-la em subsidiárias? Ainda não estamos seguros. Se o motivo não é a privatização, melhor que não seja; aliás, ninguém mais se responsabiliza por esse projeto no Brasil, parece que isso não aconteceu. E, felizmente, parece que não irá acontecer, pelo resultado que o segundo turno já aponta, pelo menos nas pesquisas, e espero que continue assim até o final do processo eleitoral.

Se não é isso, quais são os argumentos? Por que e como funcionarão essas subsidiárias? Isso não está esclarecido. E é exatamente esse o questionamento do Bloco PT-PCdoB. Vamos aprofundar o debate em torno desse projeto de lei do governo do Estado, que recebemos com surpresa, mas, ao mesmo tempo, com certo alívio. O art. 6º reconhece que as subsidiárias também entram na proteção que a Constituição dá à própria Cemig e à Copasa. Mas é também um atestado do governo de que esse risco poderia ocorrer, como questionávamos. Tanto que o próprio governo inclui uma emenda que já havíamos anunciado que faríamos. Aliás, o Deputado Laudelino Augusto já havia apontado a necessidade desse artigo, e o governo reconhece que, de fato, estávamos a descoberto no projeto original, quanto à possibilidade de privatização das empresas subsidiárias.

Parabenizo a Deputada Jô Moraes, que também mencionou esse assunto nesta Casa.

A Deputada Jô Moraes (em aparte) - Deputado Rogério Correia, considero fundamental a sua intervenção para alertar esta Casa e toda a sociedade mineira para os problemas que podemos enfrentar em uma empresa que é absolutamente vitoriosa.

Tenho muito receio quando tratamos de uma empresa estatal que é um dos baluartes do processo de investimento em Minas Gerais. Ai de nós se ela tivesse sido submetida ao processo de privatização dos governos tucanos anteriores!

Na história desta Casa, está a contribuição dada por V. Exa. como relator para a alteração da Constituição, criando um mínimo de garantias para que as privatizações não se repitam, como ocorreu à exaustão. Entretanto, precisamos estar atentos também a outra questão fundamental: como se dividem em subsidiárias empresas que realizam a mesma atividade? Águas minerais é uma coisa, Jaíba é outra, mas separar a Copasa da Jequitinhonha da Copasa da região metropolitana? Separar a "copasinha" pobre da "copasona" rica? Isso fere profundamente o instrumento do subsídio cruzado, grande arma de democratização, de universalização dos serviços públicos neste país. Essa é uma construção histórica. Não podemos concordar, em hipótese alguma, com algo que romperá com sua estrutura básica.

Cumprimento V. Exa. e considero o momento muito oportuno. Durante o debate eleitoral, o País conscientizou-se de que há dois projetos, sendo que um deles tira o Estado de sua função de prestar bons serviços.

O Deputado Rogério Correia - Obrigado, Deputada Jô Moraes. A Constituição Federal também precisa de uma salvaguarda desse tipo para as nossas empresas. O Uruguai se safou da venda de muitas de suas estatais porque, em sua Constituição, obriga-se a realização de referendo popular para se fazer qualquer processo de privatização de empresas estratégicas.

Quando a onda neoliberal chegou ao Uruguai, o governo submeteu a primeira empresa estatal ao plebiscito, e a privatização foi derrotada pela população. Ou seja, o processo não ocorreu graças ao artigo constitucional. Assim, o Uruguai levou vantagem e evitou diversas privatizações.

A Argentina, por sua vez, não teve a mesma sorte. Quase tudo é privatizado em nosso país "hermano", vizinho, inclusive praias. Para se ter acesso ao mar, é necessário pagar a propriedades privadas. Isso sem falar na previdência e em outras instituições, frutos de privatizações de anos e anos de neoliberalismo.

No Brasil, ficamos no meio. Não tivemos o azar do povo argentino, mas também não havia a salvaguarda da Constituição uruguaia. Com isso, muitas empresas importantes foram vendidas ou entregues ao capital financeiro internacional, ao FMI. Aqui, o processo não foi tão violento porque tivemos resistência popular, dos partidos de esquerda, da CUT, dos sindicatos e de outras instituições, que impediram o avanço do processo nos moldes argentinos. A própria vitória do Presidente Lula paralisou o processo privatizante em curso.

O correto é colocarmos essa salvaguarda na Constituição para que o desejo popular prevaleça, para que o referendo seja uma obrigação legal. Em Minas Gerais, o projeto inicial do Governador Itamar Franco era de que o quórum para autorizar a alteração da estrutura societária, portanto, o processo privatizante, fosse de 2/3.

Por unanimidade, eu, como relator, e a Assembléia, como um todo, passamos o quórum para 3/5, dificultando mais esse processo. E mantivemos a previsão de que, mesmo com a vontade de três quintos desta Casa, seria submetido a um referendo popular, o que praticamente impede, ou dificulta muito, o processo de privatização. Esse deve ser um exemplo para a própria Constituição Federal e a construção disso no Congresso Nacional recém-eleito. Essa é uma salvaguarda importante a ser criada.

Corroboro as outras preocupações da Deputada Jô Moraes, que serão debatidas em audiências públicas já combinadas com o Presidente desta Casa, para maiores esclarecimentos acerca do projeto de lei.

Agradeço aos Deputados e às Deputadas e desejo que este debate continue a ser democrático para que, ao final, prevaleça a vontade maior do povo mineiro. Obrigado.

O Deputado João Leite\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente e telespectadores da TV Assembléia. Aproveito o tempo que tenho hoje na tribuna da Assembléia Legislativa para, novamente, agradecer ao povo de Minas Gerais sua generosidade ao me dar mais um mandato na Assembléia Legislativa. Agradeço todos os votos e as manifestações de carinho enquanto percorríamos o Estado na luta pelos votos. Reitero nossa disposição de trabalhar na Assembléia Legislativa pelo povo de Minas Gerais, apresentando a legislação e contribuindo para o desenvolvimento do nosso Estado. Agradeço especialmente ao povo de Belo Horizonte, que pela terceira vez me faz o Deputado Estadual mais votado. Agradeço a toda a nossa Região Metropolitana de Belo Horizonte a votação expressiva. Sempre me dão uma responsabilidade muito grande para representá-los na Assembléia Legislativa, especialmente neste momento tão delicado da vida do nosso país.

Quero falar também da minha satisfação em ver o governo Aécio Neves receber nas urnas o reconhecimento maciço e majoritário do povo de Minas Gerais. Tenho a alegria de haver colaborado com esse governo, não apenas como Secretário de Desenvolvimento Social e Esportes, mas também na Assembléia Legislativa, acreditando na seriedade do governo Aécio Neves. Seriedade, compromisso e competência reconhecidos também pela população de Minas Gerais. Sem dúvida, esse foi um governo importante, que lança bases muito firmes para nosso Estado, organizando suas contas e fazendo um planejamento a longo prazo. Tenho a alegria de haver contribuído com meu trabalho sério para esse

governo.

Ressalto o espírito de transparência que sempre reinou nesse governo.

Já no início, todas as Secretarias e órgãos receberam auditores escolhidos pela Auditoria-Geral do Estado de Minas Gerais, e instituiu-se um processo permanente de elaboração de relatórios, o que deu a todos os Secretários e Presidentes de órgãos e autarquias muita tranquilidade para gerir essas instituições. A grande novidade é que, dessa forma, o Governador ou o Secretário tem a oportunidade de não ser surpreendido por algum ato ilícito. Em outras palavras, o acompanhamento do processo permite que haja transparência nesse governo, já reconhecido pela população.

No tempo que me resta, gostaria de tratar de outro assunto, que atualmente tem tomado conta das discussões por onde tenho andado: a privatização da administração pública. Em Belo Horizonte, vemos o domínio de um partido, o PT, na administração pública. Explico-me: o Prefeito, o administrador, deveria trabalhar em prol da população da cidade, respeitando o que pertence ao povo de Belo Horizonte, mas vemos essa Prefeitura ser privatizada e entregue a um partido político. Por isso há esse grande número de Secretarias: 63. Quando o PSDB deixou a Prefeitura de Belo Horizonte, ao final de 1992, havia aqui 12 Secretarias; hoje, temos 63.

Ontem mesmo vimos o absurdo de a Prefeitura de Belo Horizonte liberar os carnês de estacionamento rotativo com um aumento de 20% - encoberto por uma tarja adesiva -, para fazer face ao gasto astronômico que tem a Prefeitura para acolher todos os militantes do partido, privatizando o que é público. É lamentável o que está acontecendo.

O caso do aumento de 20% no estacionamento rotativo não termina aqui, pois ainda precisamos esclarecer algumas questões. Quando compramos um desses carnês, vemos impressa, ao final, uma prestação de contas, o que é interessante. Mas essa prestação de contas da Prefeitura de Belo Horizonte está entre aspas, porque não traz o que é recolhido com as multas, que é algo impressionante. A população de Belo Horizonte tem externado seu descontentamento com isso - e o Deputado Sargento Rodrigues tem sido o porta-voz desse descontentamento. Com a ajuda de minha assessoria e do Beto, nosso advogado, estamos fazendo um levantamento e já temos em mão um calhamaço de multas contra as quais a população recorreu - em quase 100% delas, não são concedidos os direitos à população. Ou seja, as pessoas recorrem, mas a multa permanece. É impressionante.

Outra coisa que me impressiona nessa história é que não foi feita licitação para a distribuição dos carnês de estacionamento rotativo em Belo Horizonte, e a empresa que os distribui é de Vitória, no Espírito Santo. Vejam o absurdo disso. Já vamos para o quinto termo aditivo nesse contrato, feito sem licitação, pela Prefeitura, para a distribuição de carnês de cobrança de faixa-azul em Belo Horizonte. Para um cidadão ou cidadã desta cidade, Deputado Sargento Rodrigues, trabalhar durante um mês, por 8 horas diárias, vai pagar praticamente R\$250,00 para estacionar na rua, que é pública. Isso é a privatização do que é público. Esse é o partido da privatização do que é público e que tomou conta de Belo Horizonte. E sabem qual é a especialidade da empresa que escalaram para distribuir os carnês de estacionamento rotativo em Belo Horizonte? Ela é uma construtora de edificações.

Com muito prazer, concedo aparte ao Deputado Sargento Rodrigues. Reconheço a sua luta contra as multas que têm penalizado o cidadão e a cidadã de Belo Horizonte.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Quero cumprimentar V. Exa. pelo pronunciamento, chamando à responsabilidade o Prefeito que está hoje à frente da cidade de Belo Horizonte. Segundo informações e de acordo com o que ouvimos hoje no programa "Chamada Geral", da Rádio Itatiaia, após V. Exa. trazer essa séria denúncia dos carnês com aumento exorbitante, prêmio que o belo-horizontino está recebendo da Prefeitura, o Prefeito disse ao jornalista Eduardo Costa que isso simplesmente passou batido, que a BHTRANS votou o aumento por conta própria e que ele ficou vendido. O que nos assusta muito.

O Deputado João Leite - Desculpe-me, Deputado Sargento Rodrigues. Ele também não sabia. O Presidente Lula não sabe, o Prefeito Pimentel também não.

O Deputado Sargento Rodrigues - O que nos assusta muito com referência às denúncias que V. Exa. tem trazido aqui, que são sérias, é a indústria de multas. Não sou contra. Fui policial de trânsito e multei os infratores, mas foi instalada uma indústria pela chamada BHTRANS. Até em veículos descaracterizados, Deputado João Leite, utilizando agentes sem uniforme, a Prefeitura, através da BHTRANS, tem perseguido mães que transportam um filho ou dois e que, às vezes, dão carona para o filho de uma vizinha. Isso não pode acontecer. A Prefeitura tem colocado pessoas para persegui-las. Um cidadão conhecido como Odilon, gerente dessa BHTRANS, estava perseguindo-as, em trajes civis, com veículo descaracterizado, em tempo de ocorrer um acidente grave! Famílias estão sendo perseguidas por essas pessoas, tamanha é a voracidade da Prefeitura em multar.

V. Exa. também trouxe uma denúncia séria. Ontem, conversávamos com o Vereador Délio Malheiros a respeito da proposta do projeto de lei encaminhado à Câmara Municipal visando à redução do pagamento dos precatórios de 30 salários mínimos para 3. Segundo palavras do Vereador Délio Malheiros, está sendo instituído o calote oficial pela Prefeitura de Belo Horizonte.

Portanto V. Exa. recebe os meus cumprimentos por estar como guardião dos interesses do belo-horizontino, do cidadão que vive em Belo Horizonte. Mas faço um questionamento: Onde está o Ministério Público? O que o Ministério Público está fazendo? Será que está dormindo em berço esplêndido, que não acompanha, não denuncia e não investiga essas maracutaias e essas aberrações jurídicas feitas pela Prefeitura de Belo Horizonte?

Parabéns! V. Exa. pode contar com o nosso apoio para denunciar, investigar e cumprir o nosso papel, o de estar atento, denunciando os abusos em Belo Horizonte ou em qualquer cidade do nosso Estado.

O Deputado João Leite\* - Obrigado, Deputado Sargento Rodrigues. V. Exa. contribuiu, e muito, para o nosso discurso desta tarde. Concederei aparte ao Deputado Domingos Sávio, mas antes devo dizer que vem aí o IPTU. O processo de privatização de Belo Horizonte e do Brasil depende de muito dinheiro. Então, que o belo-horizontino se prepare. E estaremos aqui, nesta tribuna, contra esse desmandado do PT, que quer privatizar Belo Horizonte e o Brasil.

Deputado Domingos Sávio, o Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, Robson Itamar, precisou voltar ao seu trabalho porque a Prefeitura cancelou a sua licença para representar os trabalhadores da Prefeitura no Sindicato. Eu mesmo possuo dois assessores que são funcionários da Prefeitura e que perderam seus cargos porque trabalham comigo e me apóiam. Como Secretário de Estado, coloquei à disposição vários servidores para a Prefeitura de Belo Horizonte. A perseguição do PT, a privatização da administração pública fazem com que isso aconteça.

E agora temos também o serviço secreto.

A BHTRANS faz um serviço secreto, perseguindo as pessoas. Trata-se de uma verdadeira privatização do que é público.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte)\* - Deputado João Leite, inicialmente gostaria de cumprimentá-lo não apenas pelo seu pronunciamento, como sempre combativo, preocupado com o povo mineiro, defendendo, de maneira corajosa, o interesse público, especialmente o do povo de Belo Horizonte, mas quero dizer também da minha alegria de ver a sua reeleição, com fantástica votação. Mais uma vez, foi mostrado que V. Exa. ainda tem muito serviço a prestar ao povo mineiro, que, de maneira clara, disse não abrir mão de uma liderança como V. Exa.

Como muitos mineiros, primeiramente tive a alegria de admirá-lo como atleta, embora em times opostos, dificultando o meu Cruzeiro em suas conquistas. Mas a minha admiração cresceu pelo ser humano, pelo líder, pelo pai de família e, acima de tudo, pelo homem público ético, responsável, que conheci não apenas nesta Casa, mas gerindo e administrando com competência a Secretaria de Desenvolvimento Social e Esportes, comprometido com as causas sociais, uma marca do seu trabalho. Agora, tenho a grata satisfação de ver o que não é muito comum. Às vezes a pessoa que assume um cargo executivo perde um pouco a familiaridade com o Parlamento, o combate, a participação no Plenário e nas comissões. Mas V. Exa. não; ao contrário, com o seu jeito humilde e a sua simplicidade, nunca foi de pedestais. Nesta Casa, é um dos Deputados mais atuantes. Dou esse testemunho por questão de justiça.

Portanto, com muita alegria, vi a sua reeleição e, para minha maior felicidade, no meu partido, o PSDB. Ao lado do Governador Aécio Neves, poderemos dar seguimento ao nosso trabalho para que Minas Gerais continue no caminho certo, desenvolvendo-se.

Mas devemos estar atentos aos desmandos, aos abusos. Por isso quero unir-me a V. Exa. no combate à indústria da multa. Infelizmente a multa é necessária como instrumento disciplinar, até para melhorar a segurança no trânsito, mas não a indústria da multa, a perseguição, os radares escondidos, extorquindo e transformando a multa em uma fonte de receita e, ainda pior, fazendo com isso o empreguismo dos companheiros, o inchaço da máquina, a privatização do que é público, transformando-o em propriedade de um partido, como V. Exa. disse, ou seja, fazendo a partidização da gestão pública. Isso precisa ser combatido e denunciado. O que é público não pode ser partidizado.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte)\* - Deputado João Leite, parabéns! Conte sempre com a nossa posição de companheiro, aliado sincero e combativo por causas justas como essa: o "não" à indústria da multa.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, gostaria ainda de dizer que também estamos fazendo o levantamento do preço do reboque em Belo Horizonte e do custo da pernoite dos veículos. A população de Belo Horizonte está pagando mais de R\$200,00 para cuidar dessa máquina criada em Belo Horizonte e que está sendo implantada em todo o País.

No governo do PSDB, o Brasil teve 23 ministérios e, hoje, tem 34, para abrigar todo esse partido. É a privatização daquilo que pertence ao povo brasileiro. Mas estaremos sempre aqui, defendendo a população de Belo Horizonte contra isso, denunciando.

Termino, dizendo que não sei se é isso que está levando a população brasileira a apoiar o Presidente Lula, já que ele não sabe das coisas. O mesmo acontece com o Prefeito de Belo Horizonte. Sem ele saber, deram um aumento de 20%. O aumento do IPTU virá, mas nós nos posicionaremos contra. Novamente, ele dirá que de nada sabe.

Obrigado pela tolerância. Agradeço à Deputada Elisa Costa, pois utilizamos um pouco do seu tempo. Obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

A Deputada Elisa Costa - Cumprimento o Presidente em exercício, Deputado Rêmoló Aloise, demais Deputados presentes e toda a Minas Gerais.

Eu havia preparado um pronunciamento, até porque o País está em debate. Todavia, o assunto abordado, pela segunda vez, pelo Deputado que me antecedeu merece uma reflexão. Refiro-me ao rotativo, à questão da Prefeitura.

Sou de Governador Valadares, cujo Prefeito é do PSDB. Lá também há rotativo, denominado Faixa Azul, zona azul. Em outros Municípios também é assim. Os recursos captados da população nos estacionamentos são destinados a projetos sociais.

Quanto à Prefeitura de Belo Horizonte, de acordo com a informação que obtive, houve realmente um reajuste, aprovado pelo Conselho da BHTRANS, porém o Prefeito Pimentel vetou-o. Provavelmente, o Deputado Rogério Correia conhece os detalhes dessa informação e poderá informar-nos. Talvez o Deputado João Leite não esteja bem informado, já que tomamos conhecimento de que esse reajuste não foi aprovado pelo Prefeito Pimentel. Ou seja, houve o veto.

Na verdade, o reajuste foi autorizado pelo Conselho da BHTRANS. Vale dizer que, há mais de três anos, não há reajuste. Tendo em vista a sensibilidade e o bom-senso da administração, este ano não haverá aumento. Portanto é importante resgatar a verdade desse fato, a fim de que a população fique bem informada.

Concedo aparte ao Deputado Rogério Correia, para aprofundar e esclarecer o assunto.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Deputada Elisa Costa, no processo democrático, a crítica será sempre bem-vinda. Se não houvesse o parlamento, isso não seria possível. Portanto as críticas da Oposição fazem parte da democracia, mas é necessário medir o conteúdo delas.

O Faixa Azul não é uma idéia nova nem ocorre só em Belo Horizonte. Qualquer Capital do País possui um processo de cobrança do rotativo. Aliás, esse processo acontece não só nas Capitais, mas também nas grandes cidades. São Paulo, por exemplo, tem seu rotativo, promove seus reajustes. Nesse caso, também é gerido pelo órgão municipal, embora a Prefeitura, pela segunda vez consecutiva, seja administrada pelo PSDB. Isso não significa privatização, mas ordenamento do espaço público, a fim de que seja utilizado conforme o ordenamento do Estado. Caso contrário, teríamos a anarquia, ninguém cobraria de ninguém, cada um estacionaria onde quisesse. Esse, porém, não é o pressuposto essencial do bom funcionamento da cidade. Por isso criou-se a idéia do rotativo. Se o preço é absurdo, cabe fiscalização. Não estamos na Câmara Municipal, tampouco estamos realizando um debate acerca da Prefeitura de Belo Horizonte. Logo, não tenho aqui os argumentos necessários para isso, embora entenda que o debate sobre esse assunto poderá ser feito. Não se pode confundir essa questão com a privatização da Petrobras, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica, enfim, com privatizações que ocorreram ou poderão ocorrer. Esse é outro assunto, uma questão não tem nada a ver com a outra.

Na democracia, o processo de crítica, repito, é sempre bem-vindo. O que não é bem-vindo, às vezes, é o tom agressivo de ódio e a mágoa que parece existir em alguns setores do PSDB em relação ao PT. É algo doentio que chega ao ódio e à mágoa. O fato é tão grave que uma militante do PT teve o dedo arrancado no Rio de Janeiro por uma militante do PSDB. Isso está relacionado ao tom agressivo que se procura dar à



campanha, em especial a do Alckmin, em que o ódio ao PT parece ser incentivado.

Parece que se trata de um ódio um pouco incentivado contra o PT, ódio que é também contra o povo brasileiro, contra o Lula. É um preconceito. Isso não faz parte do processo democrático. Essa situação me preocupa. Quero parabenizar a Deputada pela atitude que teve de colocar o assunto em pauta, numa abordagem do seu conteúdo e não do preconceito, às vezes de classe e até de raça, o que não é o caso presente. O Senador Bornhausen, de origem alemã, chegou a dizer que a raça do PT deveria ter sido excluída do País há 20 anos.

Deputada Elisa Costa, não podemos admitir o incentivo ao ódio, isso não contribui com o espaço de convivência democrática. Prefiro fazer o debate baseado nos argumentos que estão sendo colocados. No caso do rotativo, o Prefeito não pôde determinar o aumento, não por causa da eleição do Lula, teria sido impedido.

Em relação à tabela do IPTU, Belo Horizonte tem tido reajuste condizente com a inflação. Outro dia vi na "Folha de S. Paulo" uma crítica desse jornal, de que o IPTU teria crescido em níveis superiores ao processo inflacionário. As cidades têm sentido dificuldades, e, às vezes, a carga tributária aumenta, independentemente do desejo do próprio governo. Essa situação tem acontecido de maneira geral, e não no caso específico de uma cidade, nada que leve a insulto contra um partido acusando-se este de querer fazer dentro de uma cidade ou de um país aquilo que julga melhor. Muito obrigado.

A Deputada Elisa Costa - Obrigada, Deputado Rogério. Quero rapidamente introduzir o tema que me trouxe aqui: discutir o Brasil. Todo momento é próprio para se discutir o Brasil, mas este momento em especial, de uma eleição presidencial, é muito oportuno.

Quero falar pelo menos sobre duas concepções importantes sobre o Estado brasileiro. Há visões distintas e opostas no debate que o País realiza. Uma delas relaciona-se ao papel do Estado brasileiro, de que podemos ter um Estado mínimo, enxuto e de ajuste fiscal. Temos também outro Estado que chamamos o Estado do bem social, onde se coloca uma agenda social para o País, o Estado da justiça social. Esses dois Estados se confrontam nesse debate.

Quando falamos que é preciso haver privatizações e cortes porque o Estado brasileiro gasta muito e das soluções que poderão advir desse projeto, já conhecemos práticas passadas e não estamos fazendo suposições. O futuro pode ser diferente. Esperamos que realmente seja para o bem de todos os brasileiros, para o bem da soberania e da cidadania brasileira. Precisamos de um Estado brasileiro do tamanho das necessidades do povo brasileiro.

Isso significa um Estado em que haja proteção social, um Estado que reduza as atividades sociais e consiga distribuir renda para possibilitar que milhões de brasileiros se integrem nas linhas dos direitos sociais básicos. Esse é o tamanho do Estado que desejamos. Para que o Estado possa cumprir com essa tarefa fundamental, é muito importante oferecer políticas públicas, proteção social, programas sociais como o Bolsa-Família, considerado hoje o maior programa de transferência de renda do mundo, para que possamos construir a garantia dos direitos à maioria da nossa população.

Essa concepção de Estado está em discussão na sociedade. O Estado mínimo, que é proposto pela onda neoliberal defendida pelo PSDB, é o Estado em que de fato há cortes das políticas sociais, em que se privilegia o aspecto econômico em detrimento do social, principalmente privatiza-se e se vende o patrimônio público para contribuir, no entendimento de alguns, com o pagamento das dívidas, seja a interna, seja a própria dívida externa.

Temos uma avaliação do processo de privatização por que passou o País. São mais de 68 empresas privatizadas ao longo dos últimos anos. E vejam que faço parte de uma família de ferroviários.

Quando o meu pai residia no Espírito Santo, a Companhia Vale do Rio Doce passou por dentro de uma pequena propriedade. Acompanho a Vale do Rio Doce desde aquela época, ou seja, desde menina, de Itabira a Vitória. Sempre acompanhamos o crescimento da Vale do Rio Doce, principalmente as perspectivas em relação a um processo de desenvolvimento. Queríamos uma Vale mais comprometida com as questões sociais, com o processo de desenvolvimento do País e de Minas Gerais, mas assistimos a uma Vale que demitiu um conjunto de trabalhadores. Havia 16 mil trabalhadores ferroviários, e o número foi enxuto para 4 mil. Posteriormente, foi privatizada por R\$3.200.000.000, um patrimônio praticamente entregue ao capital internacional e algumas empresas. Portanto foi uma das privatizações mais danosas ao povo brasileiro de que temos notícia.

Além de outras privatizações, como no setor elétrico e no setor ferroviário, questiona-se a validade das telecomunicações. Questiona-se se foi acertado ou não privatizar as "teles", o setor de telefonia. Podemos afirmar que houve universalização. Quanto à tarifa e principalmente o fato de fazer chegar o serviço de telefonia aos recantos deste Estado e do País deve-se à iniciativa privada, que visa a lucro e não pensa nas pequenas comunidades. Não pensa em integrar um processo de desenvolvimento e de comunicação.

O Brasil tem de pensar no seu futuro a partir da sua realidade, da sua vocação, da sua habilidade e não pode vender o que temos de fundamental, construído com o próprio patrimônio público e com os próprios recursos do Estado brasileiro. Esse é um debate fundamental que a eleição presidencial traz, mas principalmente porque a maioria dos resultados foram prejudiciais ao povo brasileiro e ao patrimônio construído.

O que eu defendo, o que o PT defende, o que a candidatura Lula defende é o Estado da justiça social. É preciso contribuir com políticas públicas que, de fato, promovam o desenvolvimento nacional e regional, políticas que incluam milhões de brasileiros num processo de cidadania. Portanto investir no social não é gastar, pelo contrário, é investimento, principalmente no Ministério do Desenvolvimento Social, que passou de 4 a 6 bilhões para 21 bilhões, um compromisso na área social dos mais importantes do País.

Quando se privatizou, dizia-se que as empresas estatais davam prejuízo, pois não eram bem geridas, e que a iniciativa privada é que sabia realizar a gestão das empresas. A Petrobras é auto-suficiente em petróleo, e o Banco do Brasil, a Caixa Econômica e os correios apresentaram altos lucros nos últimos anos. Isso revela que, quando se faz uma boa gestão, é possível ter empresas cidadãs, comprometidas com o desenvolvimento nacional, que podem dar lucro, além de continuar sendo patrimônio do povo brasileiro.

É importante discutir o futuro do Brasil do ponto de vista da internacionalização. Está em jogo outra visão de país em relação às questões internacionais e principalmente à nossa política externa. De fato, o Presidente Lula está contribuindo para que haja no Brasil uma inserção soberana e independente, uma relação de solidariedade e de integração da América Latina. É preciso respeitar os países emergentes e abrir os caminhos para outros países, como África, China, países árabes e da América Latina, respeitando-se a nossa condição de América Latina, a vocação e a independência de cada país e fortalecendo-se o Mercosul.

Essa é uma diferença fundamental no debate da nossa agenda política internacional. A forma como o governo Lula tem garantido uma agenda de soberania diante dos povos, principalmente com solidariedade internacional... Essa nossa política externa, baseada no entendimento, no diálogo, na solidariedade e no respeito mútuo às nações emergentes da América Latina e também do mundo, deve, sim, prevalecer num

processo de democracia e de respeito aos direitos humanos internacionais. Então, para mim, é uma diferença fundamental a forma como nos relacionamos nessa fase em que o Brasil atravessa hoje, com o segundo turno das eleições.

Nesse relacionamento de fortalecer o Mercosul, nessa relação sul-sul, posicionamo-nos frontalmente contra a discussão da Alca, da forma como estava implementada, especialmente pelo governo Fernando Henrique Cardoso, governo do PSDB, que colocava o Brasil submisso principalmente aos Estados Unidos. Hoje, queremos discutir de fato uma relação igualitária entre todos os países, e que o Brasil também tenha sua relação de independência e autonomia.

Esses são pontos fundamentais da agenda do nosso país que queremos debater nesse momento em que discutimos a soberania e principalmente a independência do Brasil.

Deixo aqui o registro dessas duas discussões que considero fundamentais. Deputado Rogério, é esse o debate que temos de fazer no nosso país, ou seja, sem mágoa, sem agressividade. O povo brasileiro quer saber como o País pode ser mais justo, distribuir mais renda, lutar contra as desigualdades sociais, melhorar sua educação, avançar para ter mais cidadania e participação popular. É esse o debate apresentado hoje para o povo brasileiro, que quer saber quem melhor representa esse projeto político. Muito obrigada.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, fico muito à vontade para ocupar a tribuna novamente e abordar esse assunto em que, aliás, aparteei o Deputado João Leite. Até porque, Deputado Rogério Correia, comparecemos na reunião da Executiva Nacional do PDT, no dia 16 próximo passado, e esse partido posicionou-se com independência e neutralidade. Não manifestamos apoio, e a nenhum membro do PDT foi dado o direito de utilizar a marca, o "slogan" ou a bandeira do partido para apoiar o candidato do PSDB ou o do PT. Portanto fico muito à vontade para iniciar aqui o meu pronunciamento, Sr. Presidente. Fico mais à vontade ainda, porque estamos acompanhando, sim, algumas questões que envolvem o Município de Belo Horizonte. Até porque, sou munícipe desta cidade há cerca de 37 anos. Sendo assim, cabe a este Deputado preocupar-se também com os assuntos que dizem respeito a ela. Passei minha infância e juventude em Belo Horizonte, onde tive inclusive a oportunidade de ser policial de trânsito. Naquela época, Deputado João Leite, não havia a indústria da BHTRANS implantada aqui. Quando ainda competia à Polícia Militar a execução do policiamento de trânsito urbano, não existia a voracidade em arrecadar. Infelizmente, é isso o que se vê. A multa deve ser aplicada, sim, mas não da forma como está sendo feita pela BHTRANS, que, infeliz ou felizmente, tem à frente o Sr. Fernando Pimentel, como Prefeito. Essa é uma realidade.

Realizamos audiência pública nesta Casa e ouvimos vários condutores de veículos. Contamos com a presença do Sr. Odilon, a quem perguntei se a BHTRANS tinha criado a KGB - polícia secreta - aqui. Sem uniformes, com veículos completamente descaracterizados, perseguiram mulheres e abordava-as até na porta das residências. Vejam a que ponto a situação chegou!

Isso foi dito por várias pessoas que foram até à Comissão. Esta é minha grande indignação: um agente público, não satisfeito com a sua atuação, passa dos limites da razoabilidade, da publicidade, da transparência, que norteiam a administração pública, seja a municipal, seja a estadual, seja a federal.

Portanto, a indústria da multa foi implantada em Belo Horizonte pela BHTRANS. Conforme dito pela Deputada que me antecedeu, o conselho da BHTRANS aprovou o aumento de 20% no estacionamento rotativo de Belo Horizonte. O Prefeito disse que não sabia. Ao tomar conhecimento, vetou o aumento. Por isso, Deputado João Leite, havia aquela tarja que, no momento oportuno, ontem, V. Exa. tão bem denunciou da tribuna da Assembléia. Isso é que deve ser posto. Mais uma vez, o Prefeito não sabia.

O Deputado João Leite (em aparte)\* - Deputado Sargento Rodrigues, está aqui a convocação e o endereço onde ocorreu a reunião - reunião ordinária do conselho de administração a ser realizada em 26/6/2006, às 15 horas, no gabinete do governo, situado na Avenida Afonso Pena, nº 1.212, 2º andar. Aqui está a pauta: reajuste do estacionamento rotativo. Este é um documento da Prefeitura de Belo Horizonte.

O Deputado Sargento Rodrigues - Mais uma vez, é a voracidade na arrecadação. A indústria da multa foi instalada aqui pela BHTRANS, porque não ouvimos essas queixas em outros Municípios que vêm administrando essa questão do trânsito. A Lei nº 9.503 - Código de Trânsito Brasileiro - trouxe um fato novo: delegou aos Municípios essa competência para fiscalizar o transporte público municipal, da forma como é apresentada pela BHTRANS.

Os próprios Deputados têm presenciado constantemente a maneira como é feita a abordagem, a incompreensão do agente da BHTRANS e o desrespeito. Deputado João Leite, no dia em que realizamos a audiência pública, um cidadão de uma cidade vizinha de Governador Valadares deixou a sua ambulância ali enquanto aguardava uma pessoa ser liberada na Santa Casa de Belo Horizonte, região de Santa Efigênia. Num passe de mágica, a BHTRANS também a rebocou. O cidadão não tinha como retornar com o paciente para a sua cidade, tamanha a voracidade, a incompreensão e o desrespeito dos agentes da BHTRANS. No comando e na chefia da Prefeitura, ou seja, na administração desta cidade está o Prefeito Fernando Pimentel.

Portanto, gostaríamos que o Prefeito tivesse mais atenção com o Município, fosse mais participativo nas ações da BHTRANS e não delegasse poderes a ponto de ficar completamente "vendido". Será que estava "vendido"? Conforme disse V. Exa., se esse aumento abusivo foi discutido no gabinete do Secretário de Governo, certamente o Prefeito tinha total ciência dele.

Em qualquer parte do País, o código de postura existirá. Certamente o espaço público precisa ser ordenado para que as pessoas vivam em comum acordo e em sintonia com a legislação municipal, estadual e federal. Não podemos admitir que se instale aqui uma cobrança abusiva, ora do rotativo, ora de multas e de radares. Por exemplo, o Deputado Alencar da Silveira Jr., do meu partido, PDT, trouxe uma denúncia sobre o abuso da cobrança da diária do depósito e do deslocamento do reboque, simplesmente uma pequena taxa de R\$150,00. Essas coisas precisam ser postas em pratos limpos. Por isso fiz aquela menção. Parece que o Ministério Público aqui em Belo Horizonte está dormindo em berço esplêndido. Porém, Sr. Presidente, para enviar mensagem solicitando gratificação de 15% como subsídio aos Promotores e Procuradores, não está dormindo.

O Ministério também tem dormido há muito tempo, relativamente a outras denúncias que temos levado a ele e que não estão sendo tratadas com a devida seriedade e com investigação exaustiva. Referimo-nos a alguns membros desse órgão. Então, faço essa crítica até mesmo para que o Ministério Público esteja atento a essas questões e as acompanhe.

V. Exa., Deputado João Leite, trouxe informação de que uma empresa vem realizando termos aditivos seis vezes, não sendo realizada, dessa forma, a devida legislação, que garante a transparência, a impessoalidade e a razoabilidade no trato com a coisa pública. Então, Deputado, parabéns. Continue fazendo as denúncias, independentemente do partido a que pertença, pois também é munícipe de Belo Horizonte, vive nesta cidade e participa das atividades que aqui são realizadas. Portanto, tem todo o direito e, acima de tudo, o dever constitucional, pelo fato de ter feito um juramento diante das Constituições Federal e Estadual de brigar e lutar pela moralidade da coisa pública. É com esse propósito que fazemos este encaminhamento.

Fico muito à vontade para falar isso por ter a honra de pertencer, hoje, à agremiação do PDT. Estou numa situação muito tranqüila para dizer que, infelizmente, instalou-se a indústria das multas na Capital e que o Prefeito não está acompanhando o aumento abusivo e extorsivo delas.

O Prefeito, Deputado João Leite, está dormindo quando envia à Câmara Municipal um projeto que reduz o pagamento de precatórios. Conversei ontem com o Vereador Délio Malheiros sobre essa questão. Os companheiros nossos do PT precisam sacudir o Prefeito Fernando Pimentel para acordar, porque reduzir o pagamento de 30 para 3 salários mínimos é instituir o calote público para qualquer cidadão. Se uma árvore destruir o carro de alguém ou se houver alguma demanda judicial contra a Prefeitura, se passar de R\$1.050,00, Deputado João Leite, a Prefeitura dirá que, se quiser fazer um acordo, pagará R\$1.050,00; caso passe desse valor, que se acione o advogado e se lute na Justiça por muitos e muitos anos. Quando a Justiça determinar, ela pagará o teto de R\$1.050,00. Ou seja, é a instituição do calote público municipal, por meio da mensagem do projeto de lei que o Prefeito enviou à Câmara e que, certamente, prejudicará milhares de pessoas aqui na Capital, principalmente os trabalhadores municipais. Qualquer demanda judicial que um cidadão de Belo Horizonte tiver contra a Prefeitura esbarrará nesse valor, a partir do momento em que esse projeto de lei for aprovado.

Tudo isso nos deixa muito chateados. Gostaria muito que o Prefeito mandasse uma mensagem retirando esse projeto da Câmara Municipal para que fatos tão absurdos não acontecessem.

A lei federal estipula em 30 salários mínimos. A Prefeitura, por sua vez, inovou de forma abusiva o calote público municipal. É isso que o Prefeito Fernando Pimentel está fazendo ao enviar o projeto de lei que estipula que o valor máximo de pagamento de precatório seja de três salários. Qualquer cidadão que demandar judicialmente contra a Prefeitura, repito, pode ter certeza de que tomará o calote.

Assim, Deputado João Leite, vemos mais essa dose amarga de remédio que o Prefeito está dando aos belo-horizontinos. Por isso cumprimento V. Exa. pela denúncia. Não pertenço ao seu partido e nem ao do Prefeito, mas, como cidadão, como Deputado e servidor público deste Município, tenho o dever de ocupar esta tribuna e denunciar os abusos que estão sendo cometidos pela Prefeitura Municipal, por seus agentes políticos e por seus servidores públicos.

Era esse o meu pronunciamento. Concordo com V. Exa., Deputado João Leite, em gênero, número e grau. Está de parabéns por estar atento, vigilante e denunciando os abusos que vêm sendo cometidos pela Prefeitura de Belo Horizonte. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 24/10/06, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

#### Gabinete do Deputado Agostinho Patrús

exonerando Sandra Lúcia Arcanjo do cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão AL-39, 8 horas;

nomeando Mislene Souza Araújo Arcanjo para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão AL-39, 8 horas.

#### Gabinete do Deputado Marlos Fernandes

exonerando Claudio Cesar de Mattos Carneiro do cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão AL-39, 8 horas;

nomeando Jairo Domingues Borges para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão AL-39, 8 horas.

#### Gabinete do Deputado Sargento Rodrigues

exonerando, a partir de 24/10/06, Diego Meireles de Oliveira do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 4 horas;

nomeando Élide Graziane Pinto para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 4 horas.

#### Gabinete do Deputado Weliton Prado

exonerando Illyushin Zaak Saraiva do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 4 horas;

exonerando Luciana Paula Bonfim do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

nomeando Illyushin Zaak Saraiva para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

nomeando Luciana Paula Bonfim para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 4 horas.